



ENTRE O DIREITO À SAÚDE E OS LIMITES PLANETÁRIOS: SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE URGÊNCIA

Jocemara dos Santos Almeida; Eduardo Luna de Oliveira Torres; Tatiana Maria Barros.
Pronto Socorro Arnaldo de Figueiredo Freitas - Barueri

Eixo Temático: Sustentabilidade e Ética em Saúde

Introdução

Os serviços públicos de urgência operam sob uma tensão permanente entre a garantia do direito universal à saúde e a disponibilidade limitada de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e ambientais. Embora iniciativas de ecoeficiência sejam cada vez mais adotadas, permanecem insuficientes para responder aos desafios estruturais da sustentabilidade. Nesse contexto, torna-se necessária uma abordagem integrada capaz de apoiar a gestão dos serviços públicos de urgência.

Objetivo

Descrever a experiência de construção de um modelo conceitual de sustentabilidade para apoiar a gestão de serviços públicos de urgência.

Métodos

O modelo conceitual foi desenvolvido por meio de um **relato de experiência** que integrou referências da Economia Donut, economia ecológica, transições para a sustentabilidade e gestão em saúde à experiência de gestão de um pronto-socorro público municipal integrante da Rede de Atenção às Urgências do Sistema Único de Saúde. O processo metodológico contemplou **seis etapas sequenciais** que permitiram identificar as principais tensões organizacionais relacionadas à sustentabilidade, sistematizar as práticas institucionais e construir o modelo conceitual apresentado nos resultados.



Conclusão

O modelo amplia a compreensão da sustentabilidade na gestão dos serviços públicos de urgência ao integrar dimensões ambientais, econômicas, assistenciais e organizacionais. A proposta fortalece a governança, apoia a tomada de decisão baseada em evidências e apresenta potencial de replicação em diferentes serviços do Sistema Único de Saúde.

Resultados



O principal produto da experiência foi o desenvolvimento de um **modelo conceitual de sustentabilidade para serviços públicos de urgência**, estruturado em quatro dimensões interdependentes que dialogam entre si. O modelo integra práticas organizacionais e propõe que a sustentabilidade seja compreendida como um **processo permanente de equilíbrio** entre o direito universal à saúde e os limites ambientais, financeiros e operacionais.



1. GARANTIA DA BASE SOCIAL DO CIDADÃO

Assegurar o direito universal à saúde com equidade, integralidade e qualidade, fortalecendo o cuidado centrado na pessoa e as necessidades de saúde da população.



2. RESPEITO AOS LIMITES ECOLÓGICOS

Reduzir impactos ambientais, utilizando os recursos de forma responsável e promovendo a transição para um modelo de baixo carbono e uso racional dos recursos naturais.



3. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Assegurar o uso eficiente dos recursos financeiros, promover a sustentabilidade econômica e garantir a continuidade da prestação de serviços públicos de qualidade.



4. CAPACIDADE OPERACIONAL DO SISTEMA

Fortalecer processos, pessoas, tecnologias e infraestrutura para garantir segurança, eficiência e capacidade assistencial em situações de alta demanda.

SUSTENTABILIDADE
COMO EQUILÍBRIO
PERMANENTE



PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS INTEGRADAS AO MODELO



GOVERNANÇA

Estruturas e processos que apoiam decisões éticas, transparentes e responsáveis.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Uso de tecnologia para integrar informações, qualificar processos e apoiar decisões.



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Adoção de práticas para reduzir o consumo de energia e as emissões de carbono.



GESTÃO DE RESÍDUOS

Segregação, redução, reuso e destinação ambientalmente adequada dos resíduos.



RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS

Uso consciente de materiais, insumos, medicamentos e recursos assistenciais.



MELHORIA CONTÍNUA

Monitoramento de indicadores, avaliação e ações para aprimoramento permanente.



RESULTADOS ESPERADOS



Redução do impacto ambiental e uso responsável dos recursos naturais.



Sustentabilidade financeira e uso eficiente dos recursos públicos.



Maior segurança e qualidade na assistência prestada.



Melhor governança, transparência e tomada de decisão baseada em evidências.



Resiliência e capacidade de resposta frente a altas demandas.



Fortalecimento do SUS e promoção do direito à saúde.



Este modelo conceitual propõe que a sustentabilidade seja compreendida como um **processo permanente de equilíbrio** entre o direito universal à saúde e os limites ambientais, financeiros e operacionais, oferecendo um referencial para planejamento, governança e avaliação de desempenho com **potencial de adaptação** para outros serviços públicos de saúde.

Acesse o trabalho
na íntegra!

